CLIENTE NAS MÃOS DO FORNECEDOR

Com o aumento do preço internacional do trigo e longe da auto-suficiência, o Brasil é refém dos moinhos argentinos

Com o objetivo de amenizar o contínuo crescimento nos preços de produtos derivados do trigo, como pães, massas, bolachas e suprir a demanda nacional, a partir de junho, o Brasil passará a importar o produto de países do hemisfério norte, depois que a Argentina restringiu as exportações de culturas como trigo. De acordo com a Associação Brasileira das Indústrias do Trigo, Abitrigo, os principais motivos da atual crise do setor, que elevaram os preços de seus derivados, como o pão francês, estão ligados às limitações feitas pela Argentina, que atravessa uma crise entre o governo e os produtores.

As principais reivindicações dos produtores argentinos estão ligadas à questão do preço da matéria-prima, que é de US$ 200 por tonelada, sendo que os moinhos recebem US$ 400 por tonelada da farinha vendida. "A Argentina tem problemas internos, mas dependemos do seu fornecimento porque o custo de produção no Brasil é muito maior. Nós precisamos investir e tentar ser auto-suficientes, como já aconteceu em 1986. Apesar dos números positivos neste início de ano, estamos vivendo a maior crise das últimas três décadas", disse o conselheiro deliberativo da Abitrigo, Luiz Martins.

Mercado

Em conseqüência da crise gerada pelas restrições do governo argentino à exportação e também da alta demanda e pouca oferta, o preço aumentou 15% no primeiro trimestre deste ano em relação a 2007. A tendência para os próximos três meses, de acordo com Luiz Martins, será de uma nova alta de 15%. Para o segundo bimestre, a projeção é de um aumento ainda mais forte nos preços devido à importação do trigo do hemisfério norte.

Um dos principais problemas enfrentados é o baixo volume dos estoques disponíveis no mercado. De acordo com a Abitrigo, o Brasil tem estoques disponíveis somente até junho, quando começa a colheita da próxima safra. No mundo, o principal fator que levou à baixa dos estoques foi o crescimento das importações dos países asiáticos, principalmente da China, que passaram a consumir um volume maior do produto.

A estimativa de produção para este ano é de 4,5 milhões de toneladas no Brasil,

Política de incentivo à triticultura reforçaria a segurança alimentar brasileira

Trigo transformado em farinha tem seu preço dobrado pelos moinhos argentinos

Custo da farinha eleva o preço do pão a patamares nunca vistos

com um crescimento na produção de 53%. No entanto, de acordo com especialistas do setor, o recente encarecimento do produto se dá pela cobrança dos impostos de exportação argentinos, que chega a 28% calculado sobre a produção. Segundo o levantamento feito pela Abitrigo, o Brasil pagará um preço bem acima estabelecido no mercado, que se dará por volta de US$ 550 por tonelada, incluindo o frete. O Brasil é extremamente dependente do trigo argentino, já que a importação de outros fornecedores, mesmo com preços mais baixos, não compensa por causa das altas taxas de importação e do frete mais elevado.

Por enquanto, uma das estratégias brasileiras para controlar os preços dos produtos é a importação de farinha de trigo, mesmo com preços acima dos que vinham sendo cobrados pelo mercado, por causa da baixa oferta da Argentina, que temporariamente amenizará os custos de produção para os setores de massas, biscoitos e panificação em geral.

Tarifas adicionais

Um dos principais problemas dos importadores de trigo são as tarifas de movimentação de cargas, que se dá principalmente por via marítima. O governo brasileiro cobra um adicional de 25% sobre o valor do frete, que é revertido para a Marinha Mercante. Na opinião dos representantes da Associação Brasileira da indústria de Panificação e Confeitaria (Abip) e da Associação Nacional das Indústrias de Biscoitos (Anib) e a Associação Brasileira das Indústrias de Massas Alimentícias (Abima), esse adicional é extremamente alto e precisa ser revisto.

Durante o encontro das associações realizado no mês de abril, cujo objetivo era esclarecer o verdadeiro motivo das altas de preços dos produtos, os representantes das entidades apontaram uma solução para esse problema, que seria a imediata suspensão da Tarifa Externa Comum, TEC, incidente sobre as importações de trigo de países não associados ao Mercosul. De acordo com as associações, essa medida representaria uma redução de 10% no custo de aquisição do produto importado.

Com relação aos tributos direcionados *à* Marinha Mercante, uma possível solução para amenizar o problema de preços, no curto prazo, seria a suspensão temporária do recolhimento desse imposto sobre o frete. Outra sugestão apontada pelas associações seria, em caráter emergencial, a isenção do 1CMS, que representa, de acordo com a Abitrigo, 36% do custo de produção final em determinados estados da federação.

Alguns estados, como São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, não recolhem o JCMS sobre a farinha de trigo; nos estados do Nordeste, porém, a tarifa cobrada encarece sensivelmente os custos de produção. Só para se ter uma idéia, no Sudeste a saca de 90 kg custa R$ 95, já no nordeste, com a adição do imposto, o produto passa a custar R$ 115 a saca.

Consumidor prejudicado

Os grandes prejudicados nessas brigas comerciais são os comerciantes e os consumidores, que estão pagando um preço cada vez mais alto. Em São Paulo, o preço do pão francês chegou a R$ 7,00 por kg. "Uma das saídas adotadas pelos moinhos brasileiros é a importação direta de farinha de trigo da Argentina, que ajuda com que os preços se equilibrem relativamente, mas isso trouxe uma revolta dos produtores argentinos, não só porque os moinhos comercializam farinha com um valor duas vezes maior, mas também por causa da política agrícola argentina, que levou os produtores a contestar o governo de Cristina Kirchner. Os moinhos daquele país compram o produto a US$ 200 a tonelada, que por sua vez repassa a um preço cie US$ 400 a tonelada", explica Alexandre Pereira Silva.

Uma mudança nessas alíquotas, como ocorreu na cultura do milho, é uma das soluções apontadas pelas associações, junto com o delineamento de uma política de incentivo *à* triticultura nacional, com o objetivo de reforçar a segurança alimentar brasileira. Para amenizar o problema da dependência argentina, o governo federal já colocou em estudo um plano de financiamento de semente de trigo. No entanto, o Brasil ainda deve importar neste ano 3 milhões de toneladas do produto.

Crises e soluções

Os problemas entre Brasil e Argentina na área agrícola começaram na década de 70, quando a política protecionista e os interesses consolidados dos argentinos sobre o trigo começaram a vigorar. De acordo com Luis Humberto Villwock, professor de economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, a partir desse período, as importações do Brasil passaram a vir com um valor de taxa de exportação agregada. "Com a criação do Mercosul, muitas barreiras foram quebradas, mas o protecionismo e a falta de um entrosamento entre as políticas dos dois países são fatores fundamentais que culminam em brigas comerciais", diz Villwock. Para o professor existe uma briga de quatro atores, produtores e moinhos brasileiros e argentinos, na qual os produtores argentinos são os principais prejudicados pelo baixo preço pago a eles, dando uma vantagem significativa para os moinhos, que comercializam farinha diretamente para o mercado externo.

Encontrar uma fórmula para amenizar conflitos comerciais é sempre uma tarefa difícil, principalmente quando estão envolvidos todos os setores da cadeia produtiva, desde a produção até a exportação. Uma das soluções apontadas por Villwock é um maior entrosamento e diálogo entre os governos, focando suas políticas econômicas principalmente nas linhas de fomento *e* créditos para o produtor não só de trigo, mas também do setor de soja *e* outros grãos. O especialista alerta que o controle inflacionário é fundamental para o equilíbrio do setor de triticultura, pois se há um desequilíbrio, um dos lados da cadeia pode levar desvantagem, que na maioria das vezes sobra para o produtor.

Fonte: Panorama Rural, a. 10, n. 112, p. 31-32, maio. 2008.